



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 95

NATAL/RN

JANEIRO E FEVEREIRO DE 2014

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



FORMATURA

PARCERIA ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE POSSIBILITA, NO CURSO DE TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA, A GRADUAÇÃO DE 31 SERVIDORES QUE SÓ TINHAM O ENSINO MÉDIO. **PÁGS 4 E 5**



SAÚDE

EQUIPE DA AUDITÓRIA OPERACIONAL PASSA A MONITORAR OS HOSPITAIS PÚBLICOS

PÁGINA 4



HOMENAGEM E LANÇAMENTO

A ocasião não poderia ter sido mais propícia. Na sexta-feira, 07 de fevereiro, foi feito o lançamento da edição anual da Revista do TCE, desta feita homenageando a professora Noilde Ramalho, que dedicou sua vida à educação potiguar e desenvolveu um complexo formado pela centenária Escola Doméstica de Natal, o Complexo Educacional Henrique Castriciano e o Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, que integram a Liga de Ensino. O lançamento foi realizado em meio as homenagens feitas aos 31 servidores que concluíram o curso de Graduação Tecnológica

**DE OLHO NA COPA**

O presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas (CNPNG) e procurador geral do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte (MPC-RN), Luciano Ramos, realizou uma visita ao presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), conselheiro Valdecir Pascoal. O objetivo foi fortalecer o diálogo institucional entre os órgãos e estabelecer algumas ações prioritárias para 2014, sobretudo com relação a realização da Copa do Mundo no Brasil. O procurador apresentou um projeto para execução de seminários conjuntos entre MPC's e TC's, discutindo a Copa em geral, abordando assuntos como obras, gastos públicos, endividamentos, entre outros.

A pretensão do CNPG é que esse seminário ocorra entre abril e maio deste ano, o modelo proposto prevê a realização de 5 seminários em algumas sedes da competição, no caso: Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre e Brasília. O projeto prevê a vinda de especialistas da África do Sul e da Alemanha, últimas sedes de Copa do Mundo, em 2010 e 2006, respectivamente, e também do Reino Unido que realizou as Olimpíadas de 2012. Essa troca de experiências contribuirá para avaliar como o Brasil pode, sobretudo na ótica do controle, avançar na promoção da competição.

TRANSPARÊNCIA NO SISTEMA S

O Tribunal de Contas da União - TCU determinou às instituições do Sistema S (Sesc, Senac, Senai, Senat) que divulguem trimestralmente, em seus respectivos sites, informações sobre arrecadação, despesas e orçamentos. O objetivo é garantir a transparência no repasse de verbas às instituições, que recolhem tributos de estabelecimentos industriais, comerciais, cooperativas, entre outros. O relator do processo é o ministro José Múcio Monteiro

REVISÃO NO REGIMENTO INTERNO

O presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, informou que nas próximas semanas será realizada uma série de reuniões visando à revisão do Regimento Interno do Tribunal, no decurso do segundo ano de vigência da nova lei. A proposta é rever alguns pontos de estrangulamento, fazendo mudanças que resultem em maior agilidade no julgamento dos processos. Também será discutida a previsão de fiscalização, ao longo de um mandato, dos 847 órgãos jurisdicionados.

MELHORIAS NO ATENDIMENTO

Na esteira de mudanças e melhorias do TCE, está previsto ainda para este semestre a inauguração de uma sala para atender os advogados que transitam pela Corte, representando os entes municipais nos processos de prestação de contas. A proposta é possibilitar o acesso aos documentos, para que possam pesquisar e tirar as cópias necessárias, colaborando assim com a defesa. O espaço funcionará no primeiro andar. Também será inaugurado um mini auditório para as atividades, inclusive com estrutura para atividades de Ensino à Distância, a cargo da Escola de Contas. Será localizado no andar térreo, ao lado do restaurante.

ARTIGO NO LE DIPLOMATIQUE

O procurador Luciano Ramos é autor do artigo “As muitas faces do controle e da corrupção no Brasil”, publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, uma das revistas mais respeitadas no país quando se refere a reflexões políticas e econômicas, na edição de janeiro de 2014. No texto, o Procurador informa que em 2007 apenas 1% das multas decorrentes de desvio de recursos públicos efetivamente retornou aos cofres públicos e ressalta “Tem-se como imperioso superar o modelo vigente em nossas cortes de contas para que não mais se concretizem a estagnação e o declínio no combate à corrupção”. O artigo completo pode ser acessado no seguinte link http://www.tce.rn.gov.br/2009/noticias/noticia_popup.asp?id=2497.

TCE EM PAUTA**COMPOSIÇÃO DO TCE****CONSELHEIROS****Presidente**

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 1ª Câmara

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Presidente da 2ª Câmara e Corregedor Geral

Tarcísio Costa

Ouvidor

Renato da Costa Dias

Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Conselheiro

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Auditor

Cláudio José Freire Emerenciano

Auditor

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Secretário de Administração Geral

Laércio Segundo de Oliveira

Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE**Procurador Geral**

Luciano Silva Costa Ramos

Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE**Assessor de Comunicação Social**

João Batista Machado

Editor

Eugênio Parcelle

Repórteres

Andréia Moraes

Graciêma Maria Carneiro

Rosalié Arruda

Apoio

Fátima Moraes

Hellays Silva

Miguel Medeiros

Revisão

João Maria de Lima

Fotos

Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

Impressão

Solução Gráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



Procurador Luciano Ramos, do Ministério Público de Contas, quer saber os motivos do atraso no pagamento do funcionalismo

REPRESENTAÇÃO

INSPEÇÃO NAS CONTAS DO GOVERNO

O Ministério Público de Contas solicitou, na sessão do Pleno do dia 16 de janeiro, através de Representação, que o Pleno do TCE determine a realização de inspeção nas contas no Governo do Estado, notadamente nas Secretarias de Planejamento, Tributação e Administração e Recursos Humanos.

Na Representação, o procurador-geral, Luciano Ramos, enumerou dezessete itens que deverão ser analisados, entre eles, a verificação das razões que levaram o governo a atrasar o pagamento dos funcionalismo no segundo semestre de 2013. A representação também pede para apurar o impacto da opção de construção do Arena das Dunas, via Parceria Público-Privada no endividamento do Estado, bem como observância da LRF no planejamento desta despesa.

Luciano Ramos questiona ainda se houve utilização de empréstimos e receitas extraordinárias no pagamento de despesas pertinentes à folha de pessoal, como também pede que seja apurada a responsabilidade dos gestores, inclusive a Governadora do Estado, por ação ou omissão pertinente aos atos apontados, verificando se

houve ocorrência de ato doloso de improbidade administrativa, nos termos da LC nº 135/2010.

Cabe ao presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, designar o relator para acompanhar a inspeção.

POTI JÚNIOR SERÁ RELATOR DAS CONTAS DE 2014

Na sessão plenária de 9 de janeiro, o Tribunal de Contas do Estado, pelo critério de rodízio, através de sorteio, designou o conselheiro Poti Júnior como relator das contas do governo do Estado, referente ao exercício de 2014. O conselheiro Gilberto Jales, sorteado anteriormente, arguiu suspeição alegando questão ética pelo fato de haver participado da gestão da governadora Rosalba Ciarlini como secretário.

O conselheiro Carlos Thompson é o relator das contas do governo referente ao ano de 2013.

DECISÃO

SUSPENSA, NOVAMENTE, A LICITAÇÃO DA URBANA

O auditor Cláudio Emerenciano informou, em sessão do Pleno, que a Concorrência Pública nº 001/2013 – Urbana foi suspensa por decisão monocrática, em caráter cautelar, a fim de evitar lesão a direito alheio ou risco de ineficácia da decisão de mérito, até o julgamento do Agravo interposto pelo SINLOC/RN - Sindicato das Empresas de Veículos e Bens Móveis do Rio Grande do Norte.

Veja, na íntegra, a decisão do auditor, publicada no Diário Eletrônico do TCE do dia 29 de janeiro:

Em 17/01/2014, o SINLOC/RN ingressou com o Recurso de Agravo, previsto no art. 125, inciso II, da Lei Complementar nº 464/2012 e no art. 356, inciso III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, contra decisão monocrática proferida por este Relator.

O recurso foi recebido neste Gabinete em 23/01/2014, mas não foi imediatamente apensado aos autos do presente processo, em razão de o mesmo se encontrar no Ministério Público Especial.

Os autos retornaram do Ministério Público Especial em 27/01/2014. Nesta data, recebo o recurso interposto, por preencher os requisitos legais e determinar o seu apensamento aos autos.

Analisando a manifestação do Ministério Público Especial no Parecer nº 12/2014 (fls. 361/368) e as razões expostas no Agravo interposto, verifica-se que o julgamento do recurso e a própria ratificação da decisão monocrática pela Primeira Câmara podem ensejar a modificação do Edital da Concorrência Pública nº 001/2013-URBANA e a sua republicação, em atendimento ao disposto no art. 21, § 2º, inciso II, e § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ademais, considerando que o recurso interposto pode atribuir efeito modificativo à decisão monocrática, o Regimento Interno determina a oitiva da parte contrária e do Ministério Público Especial, bem como dos órgãos técnicos, conforme disciplinado nos artigos 366, 367 e 378, § 2º, todos do Regimento Interno desta Corte de Contas.

No momento, a Concorrência Pública nº 001/2013-URBANA encontra-se em andamento, tendo sido recebidas as habilitações das empresas interessadas, mas a abertura das propostas encontra-se suspensa, em razão da análise do Recurso Administrativo interposto pela Construtora Marquise S/A. Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte - Diário Eletrônico

nº 1078 – Quarta-feira, 29 de Janeiro de 2014 Pág. 5 - 5 - Considerando que a análise do Agravo e o julgamento de mérito da Representação poderão ensejar a modificação do Edital e uma eventual participação de novas empresas, resta caracterizado o fundado receio de grave lesão a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito.

Por tais razões, rejeito a decisão proferida em 09/01/2014, para, excepcionalmente, atribuir efeito suspensivo ao recurso interposto pelo SINLOC/RN e, em caráter cautelar e de urgência, DETERMINAR monocraticamente a suspensão do procedimento licitatório em análise – Concorrência Pública nº 001/2013 – até o julgamento do Agravo.

Tendo em vista a modificação da decisão monocrática inicialmente proferida, entendo que a disposição contida no art. 345, § 3º, do Regimento Interno desta Corte – no sentido de submetê-la à ratificação da Primeira Câmara – ficará postergada para o julgamento conjunto com o Agravo, após a sua regular instrução.

Publique-se a presente decisão.

Em seguida, sigam os autos à DAE, para intimação da URBANA da presente decisão, bem como para impugnar o recurso interposto, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 366 do Regimento Interno.

Após a manifestação da URBANA, sigam os autos à DAI e ICE, em caráter de urgência, para pronunciamento, nos termos do art. 378, § 2º, do Regimento Interno. O auditor Cláudio Emerenciano, por sua vez, lembrou que a Concorrência Pública nº 001/2013 – Urbana foi suspensa por decisão monocrática do, em caráter cautelar, a fim de evitar lesão a direito alheio ou risco de ineficácia da decisão de mérito, até o julgamento do Agravo interposto pelo SINLOC/RN - Sindicato das Empresas de Veículos e Bens Móveis do Rio Grande do Norte.



Parceria com a UFRN possibilitou a graduação de 31 técnicos do Tribunal de Contas do Estado

CONVÊNIO

PARCERIA TCE/UFRN QUALIFICA SERVIDORES

“Foi uma noite gloriosa para este Tribunal. Noite de cruzamentos de sonhos.” Com essas palavras, o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, sintetizou a homenagem que estava sendo efetuada aos 31 servidores que concluíram o curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública, realizado graças a uma parce-

ria realizada entre a Corte, através de sua Escola de Contas, e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. A homenagem aconteceu no início da sessão do Pleno de terça-feira, 28/01, um dia após a solenidade de formatura, realizada no auditório da Reitoria da UFRN.

Logo após, a conselheira Adé-

lia Sales ressaltou que não apenas os formandos estavam de parabéns, mas todos que colaboram com o TCE. “Este curso representa uma contribuição inigualável não somente para o desempenho profissional, mas tem um significado no âmbito pessoal e de suas famílias”, enfatizou.

E isso foi observado na soleni-

dade de colação de grau a partir de exemplos como do sr. Jonas Tavares do Nascimento, 59. “Não esperava me formar, ainda penso que é brincadeira”, disse, ao lado da esposa, filhos e netos. “Desde o início, a família me apoiou. Agora, espero que inclusive haja uma melhoria salarial”, complementou, sorrindo. Sua mulher, Maria

Rita, foi enfática. “Ele foi um guerreiro. Não tenho a paciência que ele teve.” O neto, Jeová Jadson, 13, aluno da escola municipal Maria Madalena, na Zona Norte, estava orgulhoso. “É bom ver meu avô se formando. Também pretendo um dia fazer faculdade.”

A importância da graduação também foi ressaltada pela servidora Sanjia Medeiros Bezerra. “Queria há muito tempo que isso acontecesse. Agradeço a Deus e ao TCE pela oportunidade. Aprendi muita coisa, a gente vê de tudo. Aprendi inclusive aspectos da convivência humana, e já estou com saudade”, enfatizou. O técnico Romildo Vilar Ribeiro Dantas, que preside o SindContas e também participou do curso, enfatizou que a partir de agora os servidores/alunos poderão exercer suas funções de forma mais qualificada, melhorando o seu desempenho, lembrando que a grade curricular foi adaptada de forma que a teoria vista em sala de aula poderá ser praticada no ambiente de trabalho.

A graduação foi iniciada em 29 de abril de 2011 e teve duração de dois anos e meio, representando um investimento de R\$ 379 mil na formação de servidores de nível médio, dando oportunidade de qualificação a quem, na época devida, pelos mais variados motivos, não teve condições de frequentar um curso universitário. O presidente Paulo Roberto lembrou ainda que o curso também é resultado do plano estratégico. “O referido plano resultou de um processo de maturidade institucional e, por meio dele, foram delineadas metas para o seu futuro. Futuro este que não poderia ficar indiferente à imperiosa necessidade de cuidar do nosso maior bem, ou seja, dos servidores que engrandecem com o seu trabalho e dedicação o nome do nosso TCE, na sua nobre missão de exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade”, explicou.

O Planejamento estratégico fixou três diretrizes diretamente relacionadas a recursos humanos: atrair competências, mediante a realização de concurso público; promover a motivação e comprometimento com os objetivos finalísticos do Tribunal e promover a capacitação técnica e gerencial dos



O servidor Romildo Gurgel foi o aluno laureado



Jonas com a família, “ainda penso que é brincadeira”

seus servidores.

O orador da turma, o servidor Francisco Canindé Silva, fez um discurso historiando todo o processo do curso, da ideia até a finalização, ressaltando que “a Turma 2013.2 que, nesta noite, recebe grau acadêmico do curso de Tecnologia em Gestão Pública é, especialmente composta, por servidores do TCE e da UFRN. Todos já com bastante experiência de vida e na maioria sem a expectativa de um dia ser o ator principal, numa solenidade como esta. A maioria estava à espera de, tão somente, completar o tempo de serviço para requerer a aposentaria. Somente alguns poucos, principalmente do TCE, ainda sonhavam em complementar seus estudos com a realização de um curso de nível superior. Em boa hora surgiu esta oportunidade que trouxe um novo ânimo para todos nós, elevando a nossa autoestima e trazendo novas perspectivas de realização e dias melhores”.

O curso teve a coordenação do professor Antônio Carlos, da UFRN; foi iniciado na gestão do Conselheiro Paulo Roberto (atual presidente do

TCE e à época, diretor da Escola de Contas) e concluído na gestão da Conselheira Adélia Sales, à frente da Escola de Contas – ambos foram escolhidos pela turma como patronos, além do ex-reitor da UFRN, professor Ivonildo Rêgo. Todos estiveram presentes à solenidade de formatura, ao lado da reitora da UFRN, Ângela Paiva Cruz, os diretores do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e representantes da coordenação do curso.

Discreta na plateia, enquanto a solenidade de formatura não começava, abordamos a senhora Marina Medeiros, 73, mãe da servidora Sanjia Medeiros. Fizemos apenas duas perguntas a ela, cuja resposta enche de alegria o coração de quem acredita que a educação é uma porta de entrada para uma vida melhor.

-Dona Marina, a senhora acreditava que Sanjia um dia se formaria? E agora, o que a senhora acha que vai acontecer?

- Sempre acreditei que ela se formaria, pois sempre foi muito inteligente. Agora, espero que ela seja ainda mais feliz do que já é.

OPINIÕES



“Este curso representa, de fato, o avanço do papel social de uma universidade pública, como a UFRN, na formação de pessoas para o bom desempenho de suas funções profissionais. Enalteço essa postura do TCE no investimento na qualificação dos seus servidores. O resultado é fenomenal. Estamos abertos para a realização de novas parcerias como essa.”

Ângela Paiva Cruz
Reitora da UFRN



“Podemos destacar que o papel primordial desse curso foi a qualificação profissional, buscando o crescimento não só individual do servidor, como também o desenvolvimento coletivo, em prol da produtividade da Administração Pública do Rio Grande do Norte.

Neste contexto, parablenizo a todos que fazem a Escola de Contas do TCE/RN, a qual tem cumprido muito bem o seu papel de instituição educacional e tem agregado valor aos servidores que buscam o aperfeiçoamento profissional e a capacitação em serviço.”

Prof. Antônio Carlos Ferreira
DEPAD/CCSA-UFRN



O presidente do TCE, Paulo Roberto, apresentou os resultados parciais do plano de fiscalização

CONTROLE EXTERNO

FISCALIZADOS MAIS DE R\$ 1,17 BILHÃO



O Tribunal de Contas do Estado fiscalizou, em 2013, despesas públicas e legalidade de convênios em montante superior a R\$ 1,17 bilhão. A informação foi do presidente do TCE, Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, ao apresentar o Relatório Parcial sobre o Plano de Fiscalização Anual (Abril de 2013 a março de 2014), em sessão do Pleno. Das 85 auditorias previstas, 57 já foram realizadas, sendo que algumas estão em fase de elaboração do relatório. No total foram inspecionados 61 municípios e detectadas impropriedades materiais que resultaram no voto pela restituição do montante

de R\$ 32,4 milhões.

Logo na abertura da sessão, o Conselheiro presidente fez um reconhecimento a todos os 59 técnicos designados para os trabalhos do Plano de Fiscalização Anual, servidores da Diretoria de Administração Municipal (DAM), Diretoria da Administração Direta (DAD), Diretoria da Administração Indireta (DAI) e Diretoria de Despesa com Pessoal (DDP). “É um trabalho que demanda muita dedicação. Muitas vezes estes servidores passam dias viajando, longe do convívio familiar”, ressaltou, lembrando que se trata do primeiro Plano de Fiscalização Anual

realizado pelo TCE, e que os resultados apresentados até o momento são satisfatórios.

No Relatório, o secretário de controle externo do TCE, Jailson Tavares Pereira, lembrou que a execução do Plano de Fiscalização Anual foi satisfatória, sobretudo, por representar a busca por um trabalho que atendesse aos princípios da eficiência, economicidade, economia processual e procedimental, além de incutir, sistematicamente, o planejamento e a definição de um calendário das atividades de fiscalização como regra geral a ser observada no exercício do controle externo.

PRIMEIRA CÂMARA

ECONOMIA DE MAIS DE R\$ 60 MILHÕES

O trabalho realizado pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas, em 2013, resultou numa economia ao erário de mais de R\$ 60 milhões na execução orçamentária dos municípios. A informação foi divulgada pela presidente da Primeira Câmara, Conselheira Adélia Sales, na sessão do dia 19/12. A última de 2013. O dado teve como referência o Relatório da Secretaria das Sessões.

Ao longo do ano foram realizadas 48 sessões e relatados 546 processos, com votos pela restituição de recursos ao erário no total de R\$ 27,1 milhões, aplicação de R\$ 3,9 milhões em multas e solicitação de remanejamento na ordem de R\$ 582 mil. Dos processos analisados em caráter seletivo e prioritário, foi garantida a economia de mais de R\$ 29,2 milhões; valores considerados significativos e que demonstram a atuação da Câmara no controle efetivo dos gastos públicos.

O auditor Cláudio Emerenciano lembrou a complexidade do processo de limpeza urbana de Natal, que relatou e culminou num novo processo licitatório, com economicidade para o município, sem a perda da qualidade. O conselheiro Carlos Thompson e o procurador Carlos Roberto Galvão enfatizaram a importância do fortalecimento do controle externo no sentido de resguardar a coisa pública. O conselheiro Gilberto Jales destacou que os números apresentados “são reais e significativos, e representam o novo momento que vivencia o TCE, no sentido de evitar dano ao erário e também orientar a administração pública”.

AUDITÓRIA OPERACIONAL

POR UM MELHOR SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA



A imagem de pacientes em leitos nos corredores dos hospitais públicos, tão divulgada nos últimos meses nas diversas mídias, transformou-se numa espécie de fotografia do caos em que se encontra a saúde pública no Rio Grande do Norte. Além disso, há a precariedade das estruturas físicas, a falta de equipamentos, medicamentos, médicos e de outros profissionais, assim como os problemas relacionados à qualificação profissional, e a ausência de um planejamento adequado. Tudo remete a desafios que devem ser enfrentados na busca da otimização dos serviços ofertados à população.

Diante desse cenário, o Ministério Público de Contas entendeu pela caracterização do dever do Tribunal de Contas de promover ampla Auditoria Operacional junto aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Saúde Pública, a fim de se permitir uma análise pormenorizada das respectivas ações e procedimentos gerenciais, com o objetivo de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados. A proposta foi de avaliar em que medida os gastos públicos com os hospitais integrantes da rede da SESAP têm sido realizados com eficiência no atendimento à Atenção à Saúde, com ênfase na rede de Urgência e Emergência e na regionalização.

O trabalho foi realizado no ano passado, abrangendo o período de 2009 a 2012. Em maio do ano passado, o Conselheiro relator, Tarcísio Costa, apresentou em plenário o relatório preliminar elaborado pela equipe da Auditoria Operacional, coordenado pelo técnico José Monteiro Coelho Filho e integrado pelos servidores Aleson Amaral de Araújo Silva, Anne Emília Costa Carvalho, Maria José Matos de Souza e Vilmar Crisanto do Nascimento. O documento foi enca-



Sob o comando de José Monteiro, equipe da Auditoria Operacional começa a monitorar resultados na área de saúde

minhado para apreciação pelo Ministério Público de Contas, cujo parecer do procurador-geral, Luciano Ramos, foi pela aprovação, devendo agora ser colocado em pauta para deliberação final dos Conselheiros.

A priori, vale ressaltar que, para cumprir suas funções, o Estado conta com 22 hospitais, entre geral (prestar atendimento nas especialidades básicas) e especializado (prestar assistência em áreas específicas). Os valores anuais previstos em orçamento nos anos pesquisados foram os seguintes: 2010 – R\$ 1.072.336.000,00; 2011 – R\$ 1.254.027.000,00 e 2012 – R\$ 1.328.673.000,00. Com base nessas informações iniciais, a auditoria utilizou, na investigação, análise, coleta e tratamento dos dados para as avaliações do problema na atuação dos hospitais, técnicas de diagnóstico e auditoria, entrevistas, pesquisas documentais, visitas in loco, aplicação de questionários, revisão analítica, análise de Benchmarking e Análise Envolvória de Dados, além de reuniões com membros e assessores do Ministério Públi-

co Estadual e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e do gabinete do Conselheiro relator.

O Relatório detectou irregularidades, como má distribuição dos serviços por região, realização pelo Estado de ações de competência do município; ausência de um sistema informatizado eficiente; falta de controle da lotação dos servidores; problemas com pessoal, tais como a contratação de cooperativas para prestação de serviços médicos e de plantões eventuais em substituição à contratação de novos servidores, cessão de servidores aos municípios com ônus para o Estado; problemas estruturais relacionados a instalações físicas e equipamentos; fragilidade no planejamento orçamentário; fragilidade no procedimento de aquisição e distribuição de medicamentos e material médico-hospitalar.

Dos questionários aplicados aos diretores dos 22 hospitais, 20 responderam, o que resultou em dados instigantes, como o fato de 57,14% deles considerarem que o hospital não tem o papel definido em documento específico, atuando no atendimento dentro

das suas especialidades. Com relação à percepção do perfil de atendimento dos hospitais pelos diretores, 75% consideraram pouco adequado, tendo como causas a carência de instalações e equipamentos, de materiais e medicamentos hospitalares, e a baixa capacitação de profissionais. Foi constatado um déficit de equipes de saúde da família. Na região metropolitana, são necessárias 297 ESF, mas só atuam 162. Verifica-se, em geral, baixas produtividade e resolutividade nos hospitais regionais em municípios de menor porte e sobrecarga no atendimento dos hospitais de referência dos maiores centros, notadamente Natal e Mossoró, deixando estes também de prestar uma assistência satisfatória.

Visando contribuir para um melhor desempenho do sistema de saúde pública, foram feitas várias recomendações à SESAP, buscando contribuir para melhorar o desempenho operacional dos hospitais, e aumentar sua eficiência, eficácia e economicidade no cumprimento de metas, o que resulta em melhor qualidade do serviço prestado à população, e melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros do Estado. São 99 procedimentos, que passam a ser monitorados a partir de agora pela equipe da AOP. Entre as recomendações, destacamos dar publicidade ao recém- aprovado Plano Estadual de Saúde, vigência até 2015, e à nova versão do Plano Diretor de regionalização; desenvolver ações junto aos municípios de modo que assumam as funções de atenção básica; priorizar a implantação de um sistema informatizado; readequar as instalações físicas às demandas de saúde e perfil de atendimento; adotar monitoramento dos resultados alcançados; definir indicadores que serão acompanhados periodicamente, traçando metas de desempenho, entre outras.



CORRUPÇÃO, SEGUNDO LEONARDO BOFF

O maior desafio de vocês, que integram os Tribunais de Contas, é: desfazer as condições que podem levar a corrupção: 2) quando acontecer, desmascarar os responsáveis. Em síntese, foi o que falou o teólogo Leonardo Boff, na palestra “Formação do caráter nacional: a corrupção sob o enfoque histórico, filosófico e humanista”, ministrada no Encontro dos Tribunais de Contas, realizado no final do ano passado, em Vitória - Espírito Santo, para uma plateia atenta e silenciosa, formada por conselheiros, auditores e técnicos das cortes de contas de todo o país.

Para o escritor e professor universitário, é preciso ver a corrupção como uma cultura impregnada no cotidiano, diuturna, naturalizada, como algo que tomou conta de todas as instâncias, desde o flanelinha até os grandes grupos empresariais, que montam grandes esquemas para ganhar dinheiro público, inclusive com apoio de advogados e juizes. “Vocês que trabalham com isso têm como desafio romper com esta lógica”, enfatizou, lembrando que a ganância é o que favorece todo tipo de corrupção.

A corrupção, ensinou, está ligada

aos três deuses: poder, dinheiro e a sexualidade (prazer). No caso do governo, pode ser caracterizada como o uso da posição pública para benefício pessoal. “O maior negócio do mundo não é o trabalho. Em primeiro lugar é o comércio de armas, seguido pelas drogas e em terceiro lugar o tráfico de pessoas”, disse, acrescentando que, mesmo depois da Guerra Fria, nunca se construiu tantas armas como na atualidade, “os franceses vendem armas para o Irã, para matar os franceses, os americanos. Por isso existem os paraísos fiscais. E ninguém consegue combater estes paraísos”.

No Brasil, os dados são assustadores. Segundo pesquisa da Federação das Indústrias de São Paulo - Fiesp, a corrupção representa algo em torno de R\$ 84,5 bilhões/ano, o que daria para aumentar em 89% o número de leitos hospitalares, abrir 16 milhões de vagas nas escolas ou construir 1,5 milhão de casas. Infelizmente, ressalta, o que se observa é que hoje é privilégio ser explorado, pois estão no sistema - milhões e milhões são explorados sem estes privilégios. Criem-se ilhas, pequenos grupos, contra uma nação inteira marginalizada.

No caso do Brasil, considera que três fontes alimentam a cultura da corrupção: história (sociedade escravocrata, impondo categorias, arquétipos, o uso do outro como se fosse um objeto). A colonização (alguém chega aqui e toma posse, impõe cultura, dizima os indígenas) e a política (numa sociedade desigual, a democracia se transforma em farsa. Não distingue o que é público do que é privado, além de que a complexidade da burocracia termina por facilitar a corrupção).

Nesse cenário, como combater a corrupção, superá-la? Na opinião de Boff, a resposta pode ser dada pela luta em busca da transparência total em todos os momentos; no aumento do número de auditores - no Brasil são 12.800, quando se precisaria de 180 mil, bem formados; reforçar o controle da sociedade (usando as mídias); mais transparência e punição aos corruptos com penas pesadas. “Nunca daremos um salto de qualidade, se não tivermos uma boa educação de base e ética com orientações que têm a ver com a vida pelo justo, pelo correto, permitem a convivência com dignidade. “Fomos criados não para viver, mas para conviver”.